

ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:
Andrea Perotti



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Aquecimento

Lutas Sociais
Direitos Sociais
Cidadania
Proteção Social



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Da Questão Social à Proteção Social...



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

A expressão “questão social” surge na Europa Ocidental, no século XIX (1830), para dar conta do fenômeno do empobrecimento que caracteriza a emergente classe trabalhadora. A questão social vincula-se historicamente à exploração do trabalho, que produz desigualdades econômicas e sociais.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



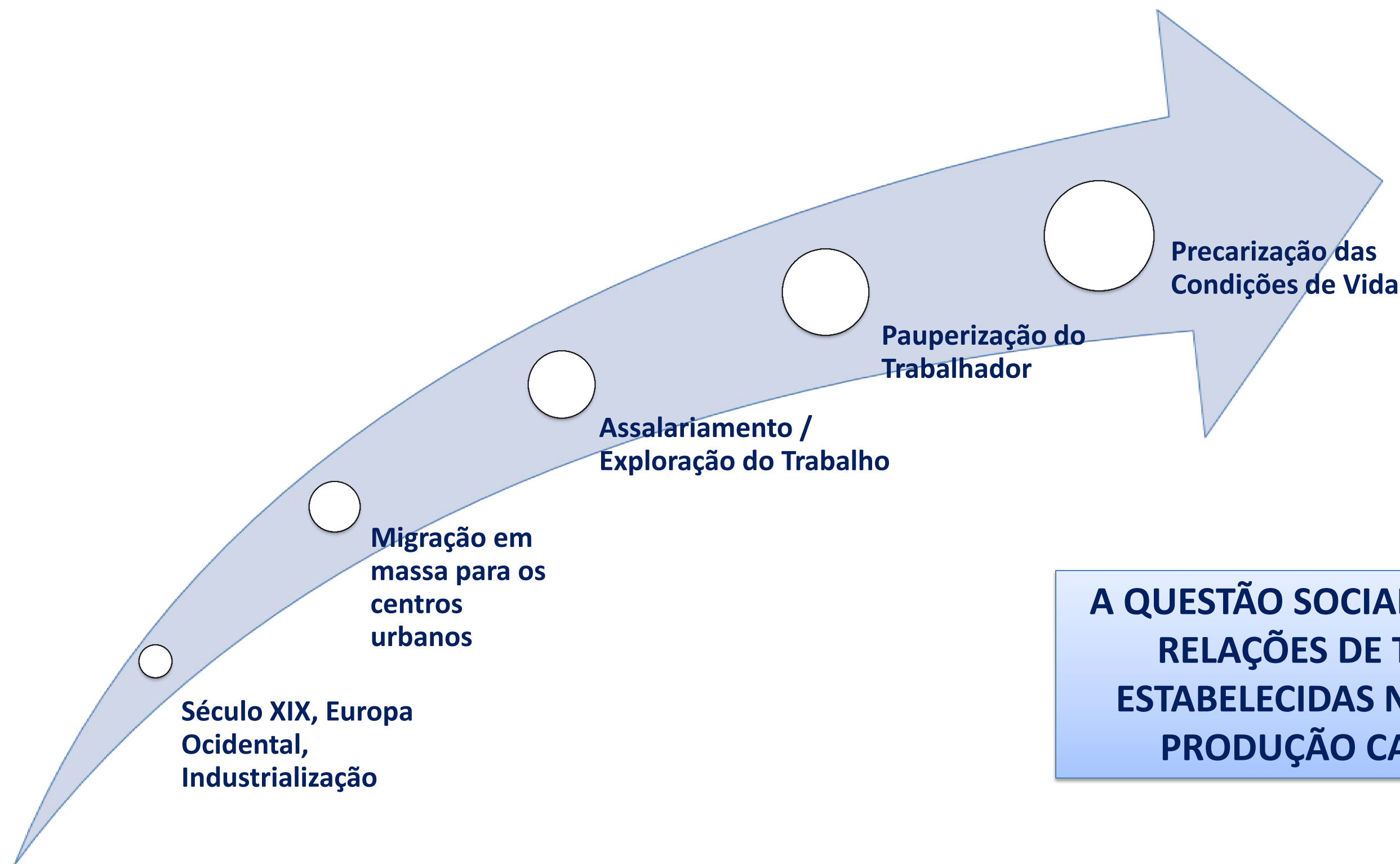
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

No mundo...



**A QUESTÃO SOCIAL EMERGE DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO
ESTABELECIDAS NO MODO DE
PRODUÇÃO CAPITALISTA**

No Brasil...

Especificidades históricas

Dominação imperialista, escravagismo, industrialização no Século XX,
subordinação ao capital internacional

QUESTÃO RURAL

Monocultura - Café,
Cana de Açúcar
Mão de obra escrava e imigrante
Latifúndio
Conflitos Fundiários
Agronegócio
Agroindústria
Expulsão do homem do campo
Violência

QUESTÃO URBANA

Migração campo-cidade
Proletarização
Desigualdade no acesso ao solo
urbano
Periferização
Moradia Precária
Conflitos Fundiários
Violência

Reação da classe trabalhadora: organização dos movimentos operários em defesa de direitos. Formação de sindicatos e partidos. Greves gerais. Disseminação dos ideários socialistas.



1ª greve geral do país foi iniciada por mulheres e durou 30 dias: Em junho de 1917, cerca de 400 operários, em sua maioria mulheres trabalhadoras da fábrica têxtil Cotonifício Crespi na Mooca, em São Paulo, paralisaram suas atividades. Reivindicavam aumento de salários e redução das jornadas de trabalho (ainda não garantidos por lei). Em algumas semanas, a greve se espalharia por diversos setores da economia, por todo o estado de São Paulo Rio de Janeiro e Porto Alegre.

AHH OS VELHOS TEMPOS



**QUANDO OS SINDICATOS
NÃO ESTRAGAVAM TUDO**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

A questão social gerada pelo modo de produção capitalista gerou um transformação radical nos mecanismos de proteção social dos indivíduos, até então sob a responsabilidade das famílias, ordens religiosas e comunidades.

As lutas e reivindicações do movimento operário deram início às primeiras instituições de proteção social e trabalhistas.

São institucionalizados, no âmbito do Estado, mecanismos de proteção social, desenhando o que virá a ser o modelo da política social nas sociedades contemporâneas.

Baseado em teorias liberais, o Estado passa a se envolver progressivamente no campo social, numa abordagem pública da questão social, constituindo novos mecanismos de intervenção nas relações sociais.

Após a 2ª Guerra Mundial, consolida-se o modelo de Estado Providência ou Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*).



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



O Estado de Bem Estar Social, apesar de se expressar em diferentes modelos e regimes, caracteriza-se essencialmente pela responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros.

Nesse sistema de ideias surge a noção de Seguridade Social, entendida como proteção contra a pobreza e outras situações por via de um conjunto de programas de proteção contra a doença, o desemprego, a morte, a velhice, a dependência por algum tipo de deficiência, os acidentes ou contingências.

PROTEÇÃO SOCIAL

“Pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas, ou estatalmente reguladas, para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

(Pobres, Pobreza e Cidadania: Os Desafios Recentes da Proteção Social. Luciana Jaccoud, 2009 IPEA. Texto para Discussão 1372)



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



A Proteção Social é a estratégia de gestão das contradições do modelo capitalista!

“A produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

(Marilda lamamoto, O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 1998)

“A Política Social e os direitos sociais são correções para uma estrutura de desigualdade”. (Maria Carmelita Yazbek, Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil, 2001)



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Vídeo

Jornal Nacional, 05 de outubro de 1988



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



“Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil.”

Ulisses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional
Constituinte, 5 de outubro de 1988



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(Emenda Constitucional n. 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária

(Emenda Constitucional n. 114, de 2021)



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO BRASILEIRO: CONSTITUIÇÃO DE 1988

“A Constituição é marco central para analisar a evolução recente da proteção social no Brasil.

O Estado Brasileiro, ao integrar os esforços de garantir a plena cidadania no país, acolhe os direitos sociais não apenas no âmbito dos direitos do trabalho, mas também no amplo terreno dos direitos da cidadania, onde a Seguridade Social desempenha papel central.

Reconhecida como um dos mais importantes avanços adotados pela Constituição, a instituição da Seguridade Social reuniu os serviços e benefícios nas áreas de saúde, previdência social e assistência social: assegura a todos os brasileiros o acesso à proteção social contributiva e não contributiva, sob responsabilidade do poder público, contando com a gestão descentralizada, com a participação social, e com a vinculação de recursos e pluralidade de fontes.”

(Pobres, Pobreza e Cidadania: Os Desafios Recentes da Proteção Social. Luciana Jaccoud. IPEA, Série Seguridade Social)



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Seguridade Social

Saúde

Previdência Social

Assistência Social



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



BREVE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tradição de práticas clientelísticas, paternalistas e assistencialistas, associadas a administrações conservadoras, a caridade, religião e voluntarismo: face da ajuda aos pobres ou cooptação de grupos ou pessoas.

Apenas em 1988, na Constituição Federal, a Assistência passou a integrar o Sistema de Seguridade Social - Política pública não contributiva, pautada pela universalidade da cobertura e do atendimento



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Regulamentada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

- Dever do estado e direito do cidadão: **primazia da responsabilidade do Estado**
 - Estrutura **descentralizada e democrática.**
- **Cofinanciamento** pelos três níveis de governo
- **Conselho, Plano e Fundo** como elementos fundamentais de gestão



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- **A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, em Brasília, deliberou sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que representa a consolidação da estrutura descentralizada, participativa e democrática, e a constituição de uma rede nacional de proteção social.**
- **Com base nesta deliberação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional de Assistência social elaborou e publicou a Política Nacional de Assistência Social em outubro de 2004.**



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



Política Nacional de Assistência Social em outubro de 2004:

- **Municípios classificados por porte:** Pequeno Porte I - até 20.000 habitantes / Pequeno Porte II - de 20.001 a 50.000 habitantes / Médio Porte – de 50.001 a 100.000 habitantes / Grande Porte - de 100.001 a 900.000 habitantes / Metrópole - mais de 900.000 habitantes
- **Princípios norteadores:** territorialização, a matricialidade sociofamiliar e a intersectorialidade.
- Serviços socioassistenciais organizados em **níveis de proteção básica e especial**, sendo a especial dividida em média e alta complexidade.



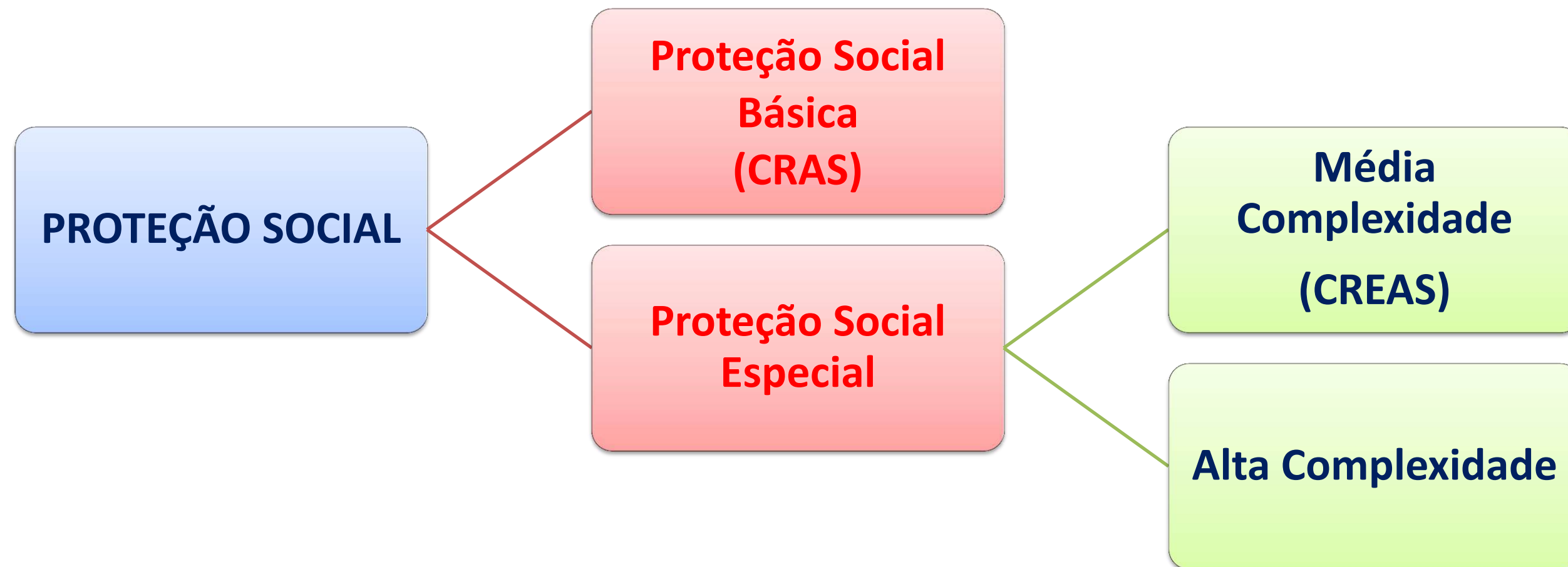
Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas





Reforçando!

O SUAS estrutura a gestão e execução da proteção social a partir de níveis de complexidade:



SEGURANÇAS SOCIAIS AFIANÇADAS PELO SUAS

SEGURANÇA DE ACOLHIDA	Deve garantir alojamento para aqueles que, por quaisquer circunstâncias, estejam em situação de abandono ou ausência de moradia. Pressupõe, ainda, condições de recepção e escuta profissional qualificada nos equipamentos e serviços.
SEGURANÇA DE CONVÍVIO	Busca impedir o isolamento e afirmar e fortalecer relações de sociabilidade, reconhecimento social, troca e vivência, seja na família ou na comunidade.
SEGURANÇA DE RENDA E SOBREVIVÊNCIA	Implica tanto na garantia de acesso a uma renda mínima, seja para as famílias pobres ou para idosos ou pessoas com deficiência, impossibilitados para o trabalho quanto benefícios eventuais, como nos casos de calamidade, carências ou urgências específicas.
SEGURANÇA DE AUTONOMIA	Visa atuar na promoção do protagonismo, participação e acesso a direitos.
SEGURANÇA DE APOIO E AUXÍLIO	Exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



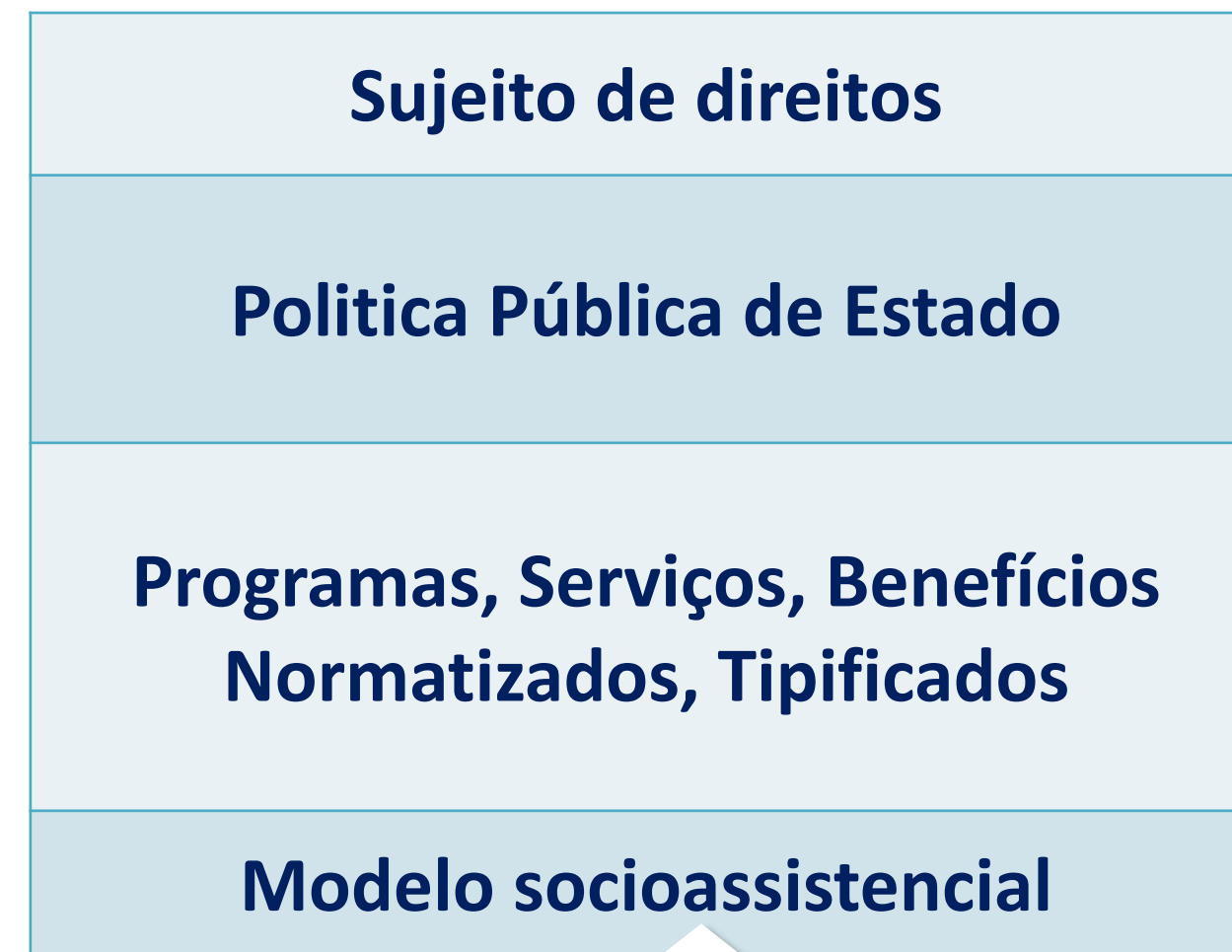
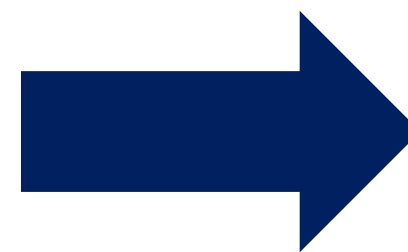
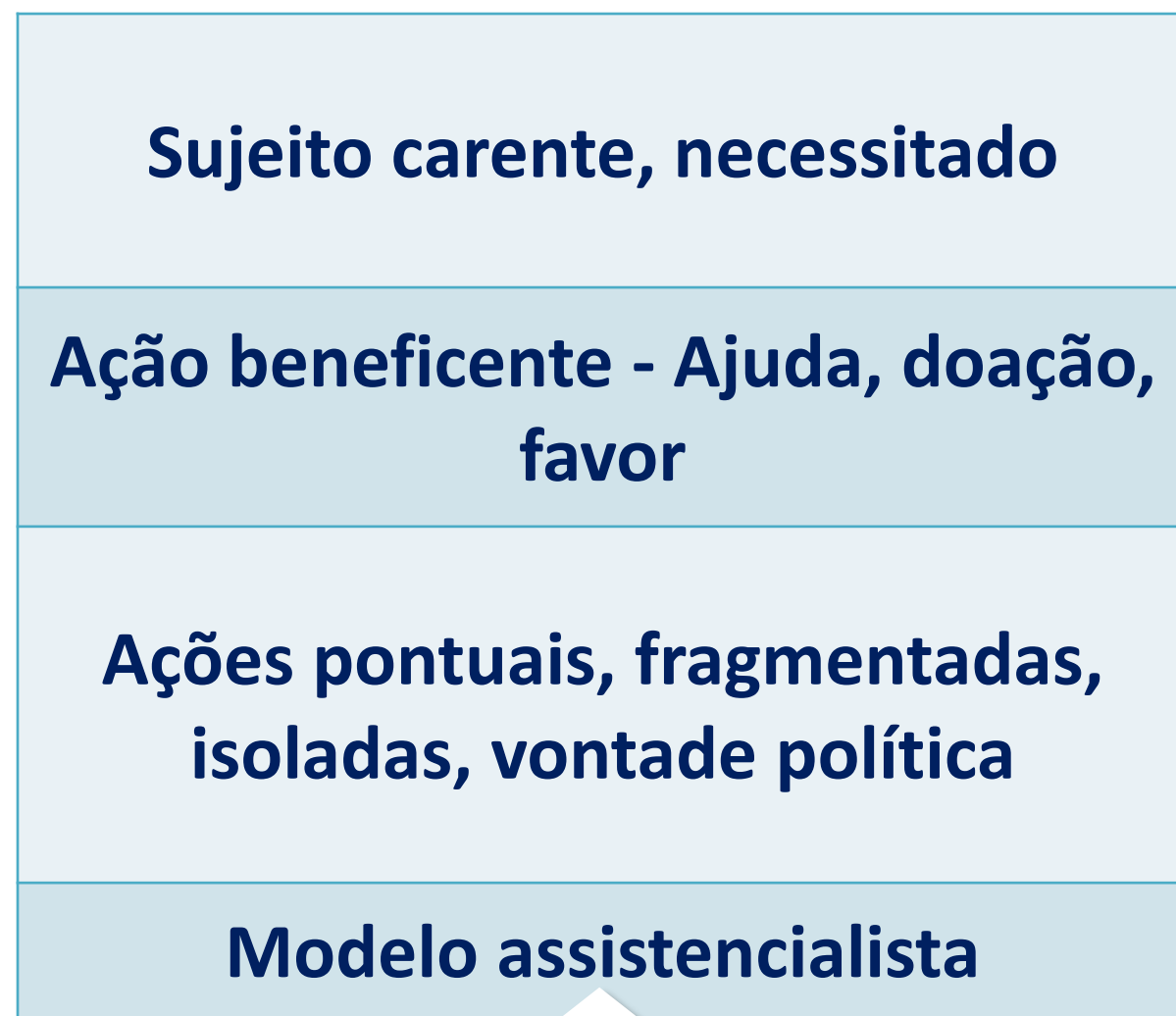
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Trajetória da Assistência Social : o rompimento com velhas noções



Improvisação / ausência de compromisso com qualidade / resultados / impactos

Submissão aos parâmetros da gestão pública



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA CAMINHOS DA GESTÃO
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco

Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

Avanços técnicos e normativos, assegurando a institucionalidade da política de assistência social:

NOB SUAS

NOB RH

Implantação de equipamentos em todo território nacional

Tipificação dos Serviços

Equipes de Referência

Planos Decenais

Vigilância Socioassistencial

Sistemas de Informação – Rede SUAS



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Um pouco da conjuntura recente....

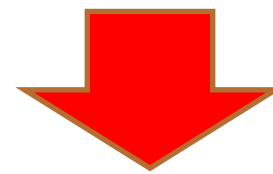
- ✓ Mudanças no mundo do trabalho, perda ou fragilização de direitos, desemprego, empobrecimento, aumento da insegurança alimentar e de agravamento das vulnerabilidades e riscos
- ✓ Desfinanciamento: cortes orçamentários desde 2016, irregularidade nos repasses: impacto direto no *atendimento aos usuários da Assistência, na manutenção das estruturas e serviços*
- ✓ Precarização do trabalho no SUAS
- ✓ Consequências imediatas mais visíveis: sucateamento de equipamentos, equipes incompletas, instáveis e atuando em condições precárias, insuficiências nas ofertas finais da rede pública



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Explosão da demanda e a fragilização do sistema público para dar respostas



**Pressão sobre os municípios
Pressão sobre as entidades/movimentos/ redes de solidariedade**



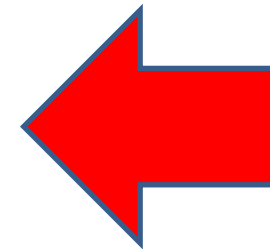
Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



Mas existe, porém, um efeito ainda mais profundo....

Sujeito carente, necessitado
Ação benevolente - Ajuda, doação, favor, tutela
Ações pontuais, fragmentadas, isoladas, vontade política
Modelo assistencialista

Improvisação / ausência de compromisso com qualidade / resultados / impactos



Sujeito de direitos
Política Pública de Estado
Programas, Serviços, Benefícios Normatizados, Tipificados
Modelo socioassistencial

Submissão aos parâmetros da gestão pública



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Vídeo

Aos que virão depois de nós

Bertolt Brecht



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP

E-mail: esfosuas.pe@ufrpe.br
Telefone: 81 3183-0715 / 3183-0777
WhatsApp: 81 9.9488-2325



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:
Andrea Perotti



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

- A **cultura da ajuda e do voluntarismo** na assistência social ao longo de sua história permitiu que ela se configurasse enquanto **política com frágeis padrões de organização, desenvolvimento e desempenho**, e se consolidasse enquanto modelo de política orientada pela **improvisação** e pela **vontade política vigente**
- Na atual Política Nacional de Assistência Social, organizada em Sistema Único, reforçam-se os modelos e sistemas de gestão democrático e participativo, o efetivo controle social e **a necessidade de implantação de sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação** como condicionantes para a sua efetividade.
- A Política Nacional de Assistência Social qualifica enquanto **“providências urgentes”** a formulação e a implementação de sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação.

Sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação assumem caráter estratégico e prioritário para a efetivação do SUAS quando se associam a ideia de ***“promoção de novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, das ações realizadas e da utilização de recursos”*** assim como se colocam a disposição da **força democrática**, quando servem à **transparência** e a qualificação dos processos e mecanismos de **participação e controle social**.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Para dialogar e refletir

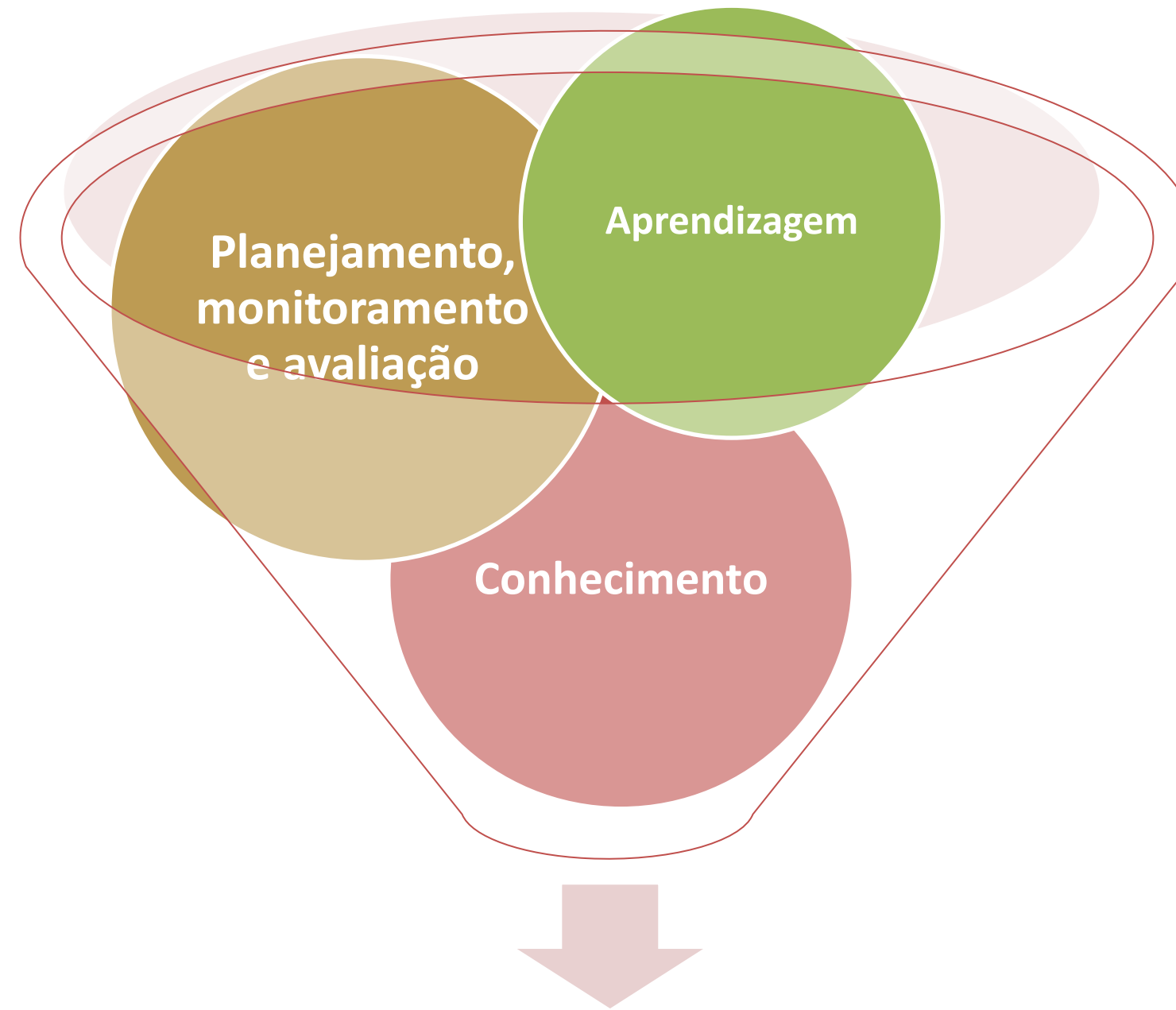
A adoção de práticas sistemáticas de planejamento, monitoramento e avaliação permitem:

- Identificação da realidade
- Definição de prioridades
- Definição de estratégias e metas
- Organização das ações
- Acompanhamento e redirecionamento permanentes
 - Promoção do impacto necessário à superação das condições de vulnerabilidade e risco
- Medição do grau de alcance junto à população usuária
 - Projetar a ampliação de resultados e impactos
- Instrumentalizar canais de diálogo com a sociedade e viabilizar o efetivo controle social!!!



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas





EMPODERAMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Mas o que é planejamento mesmo?



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Vídeo

Amyr Klink – Entre Céu e Mar



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Reflexão Coletiva

Que elementos de planejamento podem ser identificados no depoimento do navegador Amyr Klink?



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- O planejamento no ambiente institucional ou na implementação de políticas públicas parte dos mesmos princípios já conhecidos e praticados por todos, entretanto **está submetido a um conjunto de normas e códigos exatamente por tratar de questões que transcendem a decisão particular.**
- Em via de regra **envolve um conjunto de atores com visões e expectativas diversas** e uma infinidade de **fatores políticos-institucionais** que norteiam o processo de tomada de decisão e regulam da prática cotidiana comum, cuja responsabilidade por seu êxito, passa a ser de uma coletividade, e não mais do indivíduo em seu universo pessoal.
- Neste contexto, o planejamento caracteriza-se como **ferramenta de trabalho utilizada por um conjunto de atores envolvidos para tomar decisões e organizar ações** de modo a **promover as transformações desejadas** na realidade da instituição ou da sociedade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

“É o cálculo que **precede e preside a ação**”.

(Carlos Matus, 1985)

“É o processo **sistemático e ordenado de tomada de decisões**”.

(Sergio Buarque, 1999)

“O planejamento envolve a utilização do conhecimento para modelar uma trajetória futura. **Planejar é construir o futuro** desejado e não se deixar ser arrastado pelos acontecimentos”.

(Carlos Matus, 1985)

Planejamento Operacional - Executivo

- Abrange um **conjunto de metas e atividades** que remete à **operação** propriamente dita. Indica quais atividades serão realizadas no **período**, seus respectivos **cronogramas**, profissionais **responsáveis** e **recursos** disponíveis.
- É comum que as instituições possuam plano anual de trabalho. É também recorrente que as equipes se reúnam com seus coordenadores diretos para traçar **planos de ação** periódicos - **trimestrais, bimestrais, mensais** etc. - assim como também **avaliar os êxitos e as dificuldades do período** anterior como forma de planejar o período seguinte.
- Normalmente adota-se a forma de **matrizes, tabelas ou planilhas**
- É um importante instrumento de gestão de **curto e médio prazo**. Tem caráter dinâmico onde frequentemente ocorrem **mudanças e replanejamentos**.

EXPRESSÕES MAIS USUAIS DO PLANEJAMENTO



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



EXPRESSÕES MAIS USUAIS DO PLANEJAMENTO

- Utiliza **projeções de tendências** para o futuro, baseadas em dados históricos e atuais.
- Elege **temas prioritários**, de maior impacto para a instituição, projeto ou política.
- Envolve a definição de **objetivos e projetos estratégicos** e tem seus próprios planos operacionais.
- Ele é voltado **operacionalização de estratégias (PLANOS OPERACIONAIS)**.
- Trata sempre de período de tempo maior.
- **Não substitui outros planos** e deve ser implementado de forma concomitante. Em geral, os **outros planos se orientam por suas opções estratégicas**. É o instrumento mestre numa gestão estratégica.

O CICLO DO PLANEJAMENTO

O planejamento envolve um ciclo básico de desenvolvimento.

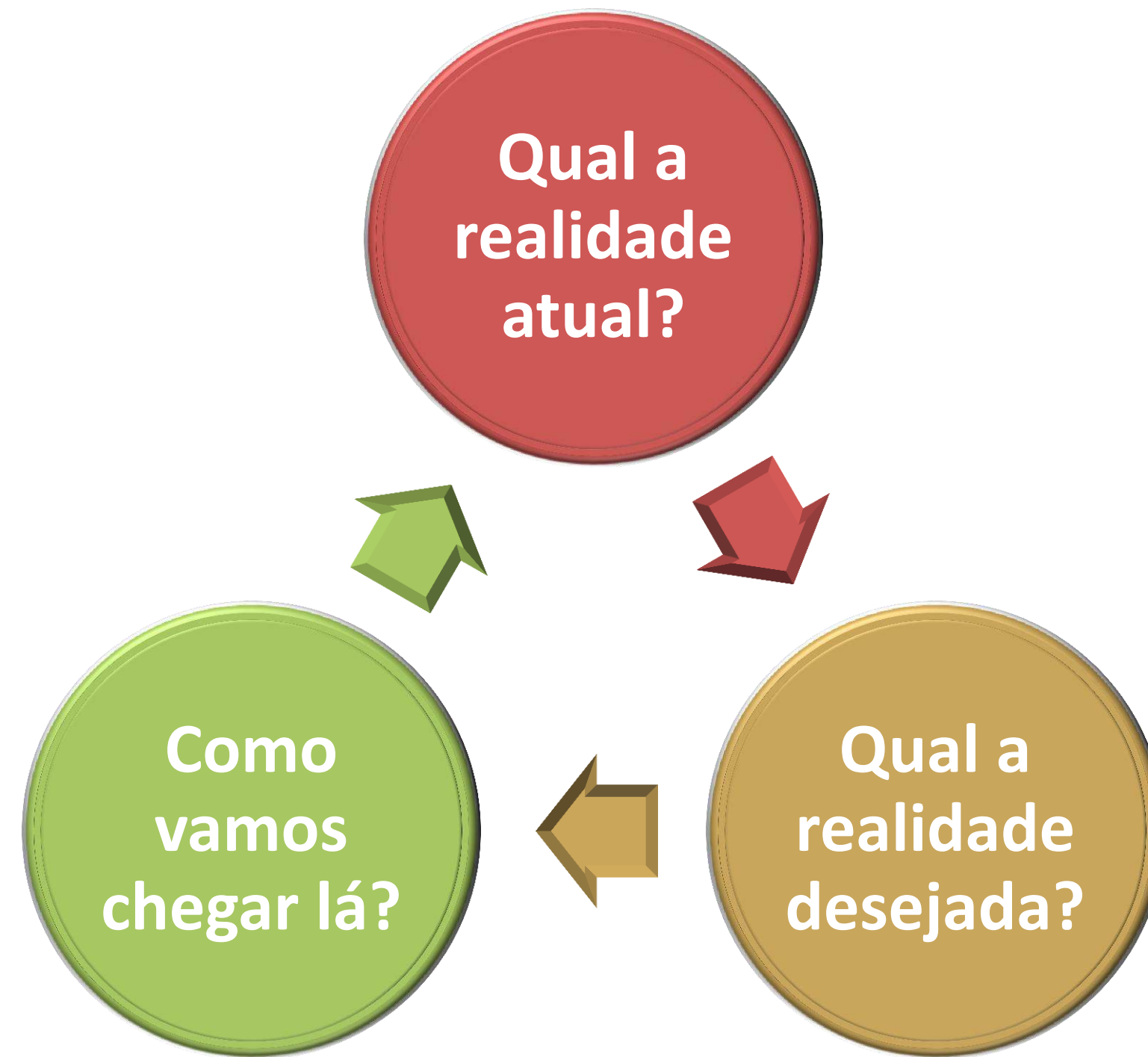
São inúmeras as metodologias e ferramentas à disposição. Mas, quase sem exceção, todas elas **orientam-se para que perguntas essenciais sejam respondidas** na forma de plano.

1. Qual o estado atual da realidade sobre a qual se planeja intervir?
2. Qual o futuro desejado?
3. Quais os obstáculos, potencialidades e oportunidades?
4. Quais os meios disponíveis e necessários para que o projetado seja possível?



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas





Processo **cíclico e ininterrupto** de planejamento onde a realidade desejada se converte em realidade atual a cada renovação de ciclo



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

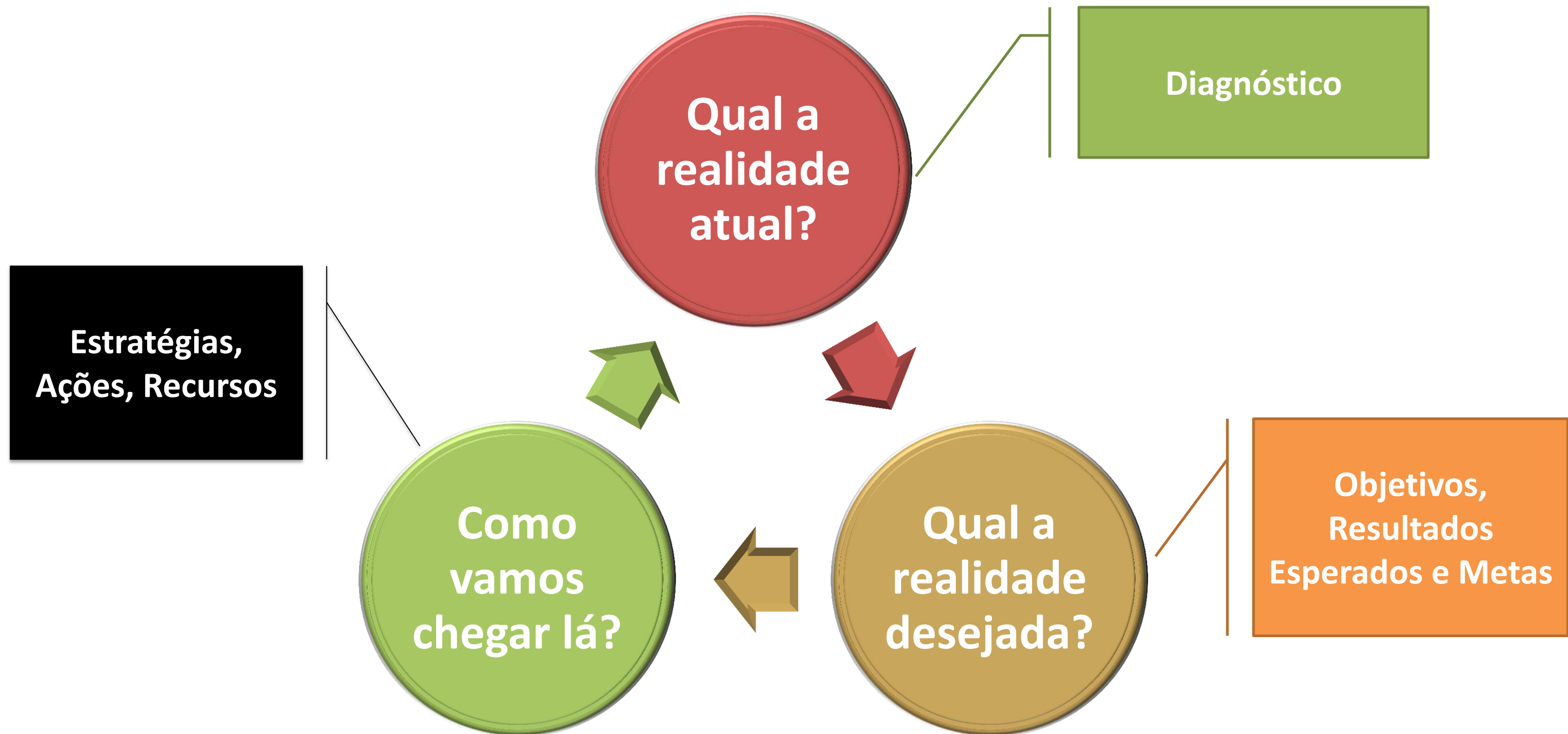


ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Reflexão Coletiva:

Planejar para quê?



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PARA QUE PLANEJAR?

- Para melhor conhecer a realidade
- Para melhorar a compreensão e aprendizagem
- Para ampliar e fortalecer capacidades
- Para estimular a participação e o controle social
- Para democratizar a tomada de decisão
- Para conciliar interesses
- Para tomar decisões acertadas
- Para organizar a operacionalização das ações
- Para perceber e corrigir desvios e problemas
- Para prevenir riscos
- Para melhorar a comunicação intra e interinstitucional e com o usuário

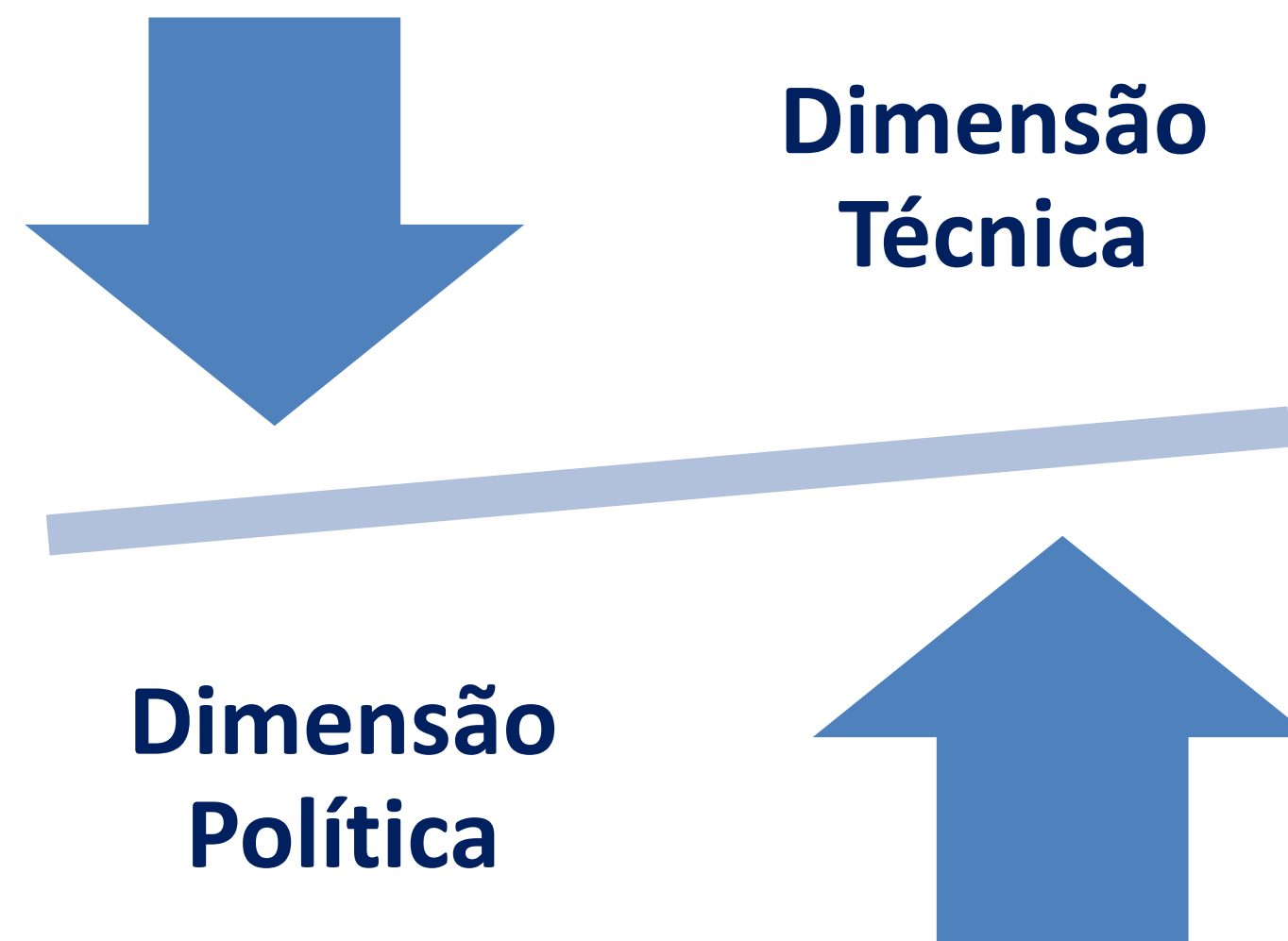
!!!! PARA TRANSFORMAR A REALIDADE



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



DIMENSÕES TÉCNICA E POLÍTICA DO PLANEJAMENTO



Leitura e debate em grupos:

Covid-19: pensamento complexo para problemas complexos

Cassio França, Rogério Silva e Ursula Dias Peres



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas





Vídeo

Precisamos de você

Bertolt Brecht



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP

E-mail: esfosuas.pe@ufrpe.br
Telefone: 81 3183-0715 / 3183-0777
WhatsApp: 81 9.9488-2325



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:
Andrea Perotti



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E O CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



O ciclo de planejamento posiciona-se como instrumento de relevância extrema na organização da oferta de serviços, benefícios e programas da assistência social, desde a sua concepção e acompanhamento, até definição de sua base metodológica.

É um poderoso meio de promover a ampla participação e engajamento dos diversos segmentos da sociedade, em processos de reconhecimento e reflexão acerca da realidade, de decisão coletiva sobre os rumos da política e, especialmente, de seu controle e acompanhamento.

É também um poderoso instrumento de comunicação e de divulgação das prioridades e compromissos de um governo para com a população pobre e vulnerável em dado território, assim como de seus resultados e impactos.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Todo gasto no âmbito público com ação ou benefício governamental para cidadãos deve ser precedido de elaboração e aprovação de marcos normativos e legais específicos, além da aprovação dos Conselhos.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

CICLO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PPA: diretrizes, objetivos e metas, programas, ações e atividades. Validade de 04 anos.

LDO: Metas, prioridades, parâmetros de arrecadação e gasto. Validade de 01 ano.

LOA: Recursos necessários para executar o PPA e LDO. Valores, categorias de despesa, fontes de financiamento. Validade de 01 ano.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PLANO PLURIANUAL (PPA)

- Instrumento-mestre de planejamento na gestão pública.
- Exigência constitucional.
- Sua elaboração e aprovação está incluída no ciclo orçamentário
- Tem vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte.
- Anualmente é submetido a revisões.
- Só é possível realizar ações desde que nele previstas, orçadas e aprovadas.
- Existe uma margem de flexibilidade onde um pequeno percentual de orçamento pode ser transferido (suplementado) de uma ação à outra.
- É dividido em planos . Cada órgão tem a sua seção: objetivos, metas, programas, ações, projetos, atividades, recursos e fontes de financiamento.
- O PPA revela as intenções e prioridades de um governo.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

- Integra o ciclo orçamentário e é também uma exigência constitucional
- É elaborada anualmente pelo poder executivo e aprovada pelo poder legislativo
- Estabelece o planejamento, as metas e prioridades do governo para o próximo ano.
- Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos.
- A LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA. Algumas das disposições da LDO são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano, e ajustes nas cobranças de tributos.
- Enquanto o PPA é um documento de estratégia, pode-se dizer que a LDO delimita o que é e o que não é possível realizar no ano seguinte.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

- As revisões anuais do PPA estão expressas na LOA.
- Ênfase nos aspectos financeiros e físicos (metas).
- Estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação.
- Se durante o exercício houver necessidade de despesas acima do limite, o poder executivo submete ao legislativo um novo projeto de lei solicitando crédito adicional.
- Visa concretizar os objetivos e metas propostas pela política governamental e estabelecidas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Todos os governantes brasileiros deverão inserir em suas peças orçamentárias as políticas públicas para a área de Assistência Social, conforme previsto em seus principais normativos – PNAS, NOBSUAS 2012.

Para que as ações de Assistência Social sejam implementadas precisam estar contempladas no PPA, na LDO e na LOA.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), determina que o PPA, a LDO e a LOA contemplem a apresentação dos programas e das ações, considerando os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Compete ao CNAS a análise e deliberação do Plano Decenal para subsidiar os entes federados no processo de elaboração dos seus respectivos Planos, além de subsidiar a construção democrática e participativa dos Pactos de Aprimoramento da Gestão do SUAS.

Consolida as discussões do processo conferencial de 2015, bem como, o aprofundamento dos conteúdos com os gestores municipais, do Distrito Federal e estaduais, nos Encontros Regionais do CONGEMAS, e na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas

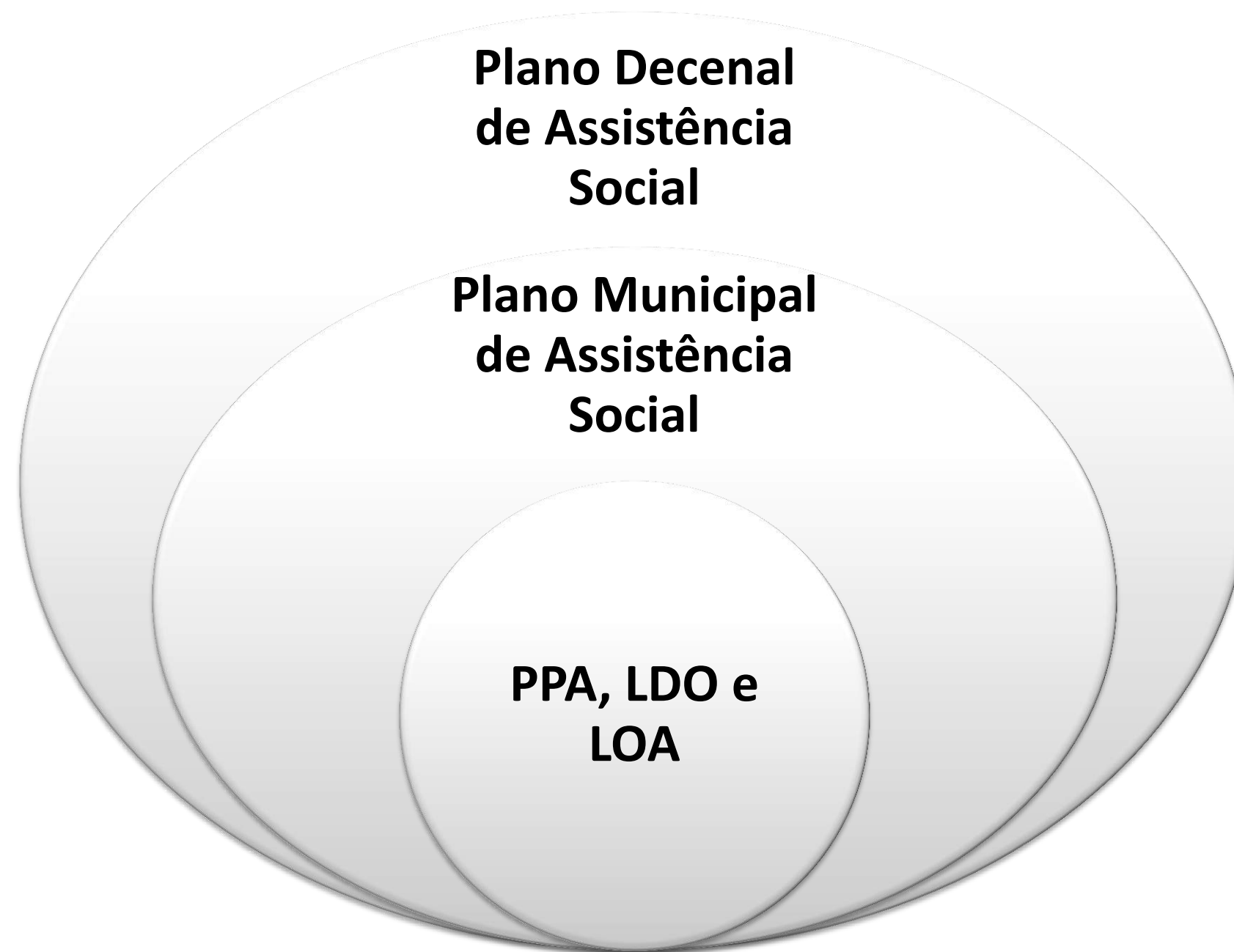


A PNAS fornece a diretriz e a plataforma conceitual para a elaboração dos Planos de Assistência Social, a começar pelo Plano Decenal de Assistência Social

O Plano Decenal de Assistência Social deve se refletir no Pacto de Aprimoramento do SUAS, tanto da gestão nacional como da gestão estadual.

O Plano Municipal de Assistência Social, por sua vez, deve contemplar as prioridades e metas previstas no Pacto de Aprimoramento do SUAS - nacional e estadual.

ARTICULAÇÃO ENTRE PLANO DECENAL, PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PPA, LDO e LOA



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A NOB/SUAS determina que a elaboração do Plano de Assistência Social é uma responsabilidade dos governos organizar e coordenar o SUAS em seu território.
- O Plano é uma ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social.
- O Plano é uma ferramenta de gestão que dá foco e direcionamento aos governos, pois nele estão contidos os objetivos da gestão e as ações que serão desenvolvidas para alcançá-los.
- Além de um instrumento de gestão, o Plano também é um mecanismo de transparência, pois torna pública as intenções dos gestores públicos e oferece um parâmetro para avaliação da administração.
- O Plano de Assistência Social deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social
- O Plano de Assistência Social deve ser apreciado, discutido e aprovado pelo Conselho de Assistência Social
- Deve conter os programas e ações que serão executados durante esse período.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



O Plano de Assistência Social é também a condição para os repasses financeiros dos recursos da União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, como previsto na LOAS (BRASIL, 2004) no seu artigo 30, que também requer a efetiva instituição e funcionamento de:

I. Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil

II. Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social

III. Plano de Assistência Social, com aprovação dos respectivos Conselhos de Assistência Social

O Plano, o Fundo e o Conselho são exigências para o cofinanciamento federal.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



ESTRUTURA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Normatizada pela
NOB/SUAS (2012)

- Diagnóstico socioterritorial
- Objetivos gerais e específicos
- Diretrizes e prioridades deliberadas
- Ações estratégicas
- Metas estabelecidas
- Resultados e impactos esperados
- Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários
- Mecanismos e fontes de financiamento
- Cobertura da rede prestadora de serviços
- Indicadores de monitoramento e avaliação
- Espaço temporal de execução

Os Planos devem observar:

I. Deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

II. Metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

III. Metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios

IV. Observar as prioridades do Plano Decenal

V. Ações articuladas e intersetoriais

VI. Ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS

Os planos devem ser elaborados a cada quatro anos, de acordo com o período de elaboração do PPA.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas

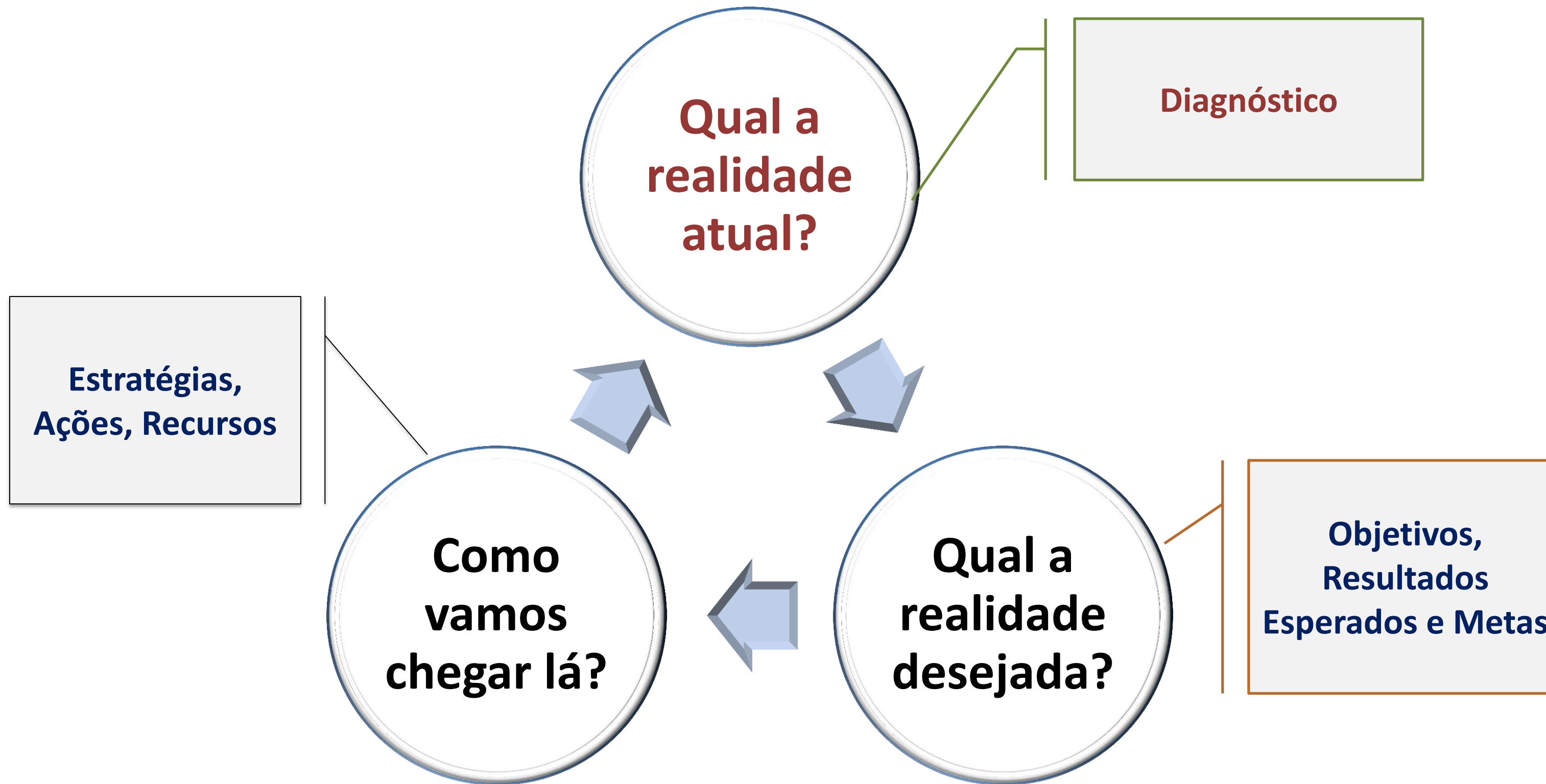


ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- Órgão gestor de assistência social
- Conselho de Assistência Social
- Rede socioassistencial pública e privada
- Trabalhadores do SUAS
- Usuários do SUAS
- Outros atores sociais e políticos

O processo participativo dos usuários pode ser ampliado:

- I. coletivos de usuários
- II. comissão de bairro
- III. fórum de usuários
- IV. outros.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

DIAGNÓSTICO

- O diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita ler e compreender a realidade social.
- É a etapa do ciclo de políticas públicas que segue à definição da agenda e antecede a formulação das alternativas possíveis.
- A leitura precisa e comprometida da realidade conduz as decisões políticas para o acerto.
- O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar à tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios.

Integrando o ciclo de planejamento, o diagnóstico também está submetido a diversas leituras políticas da realidade...



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



EM GERAL, O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL ABRANGE AS SEGUINTEs QUESTÕES:

Informações sobre a realidade local

- i) uma análise histórico-conjuntural da realidade, tendo como base informações sociais, demográficas, educacionais e econômicas (identificação da vocação econômica e das potencialidades)
- ii) uma descrição da rede socioassistencial e de sua cobertura

Demandas da população destinatária

- i) na identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais
- ii) na identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social

“GEORREFERENCIAMENTO”



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



O diagnóstico socioterritorial possibilita aos gestores e operadores da política de assistência social compreender as **particularidades de cada território**.

Por meio da análise de dados socioeconômicos levantados no diagnóstico socioterritorial, o gestor municipal é capaz de desenhar **o mapa de vulnerabilidades e riscos do município**, identificando as áreas de concentração de famílias com alguma vulnerabilidade assim como torna-se **capaz de responder a perguntas fundamentais** para a intervenção governamental, tais como:

- ✓ *Quantas famílias ganham menos de um salário mínimo per capita?*
- ✓ *Onde há a maior concentração delas?*
- ✓ *Quantas têm moradias precárias, sem banheiro ou luz elétrica?*
- ✓ *As crianças trabalham em vez de ir à escola?*



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Informações GEORREFERENCIADAS são fundamentais para conhecer a distribuição das necessidades e demandas dentro do município, com a finalidade de:

- **direcionar a realização da estratégia de busca ativa**
- **identificar as regiões com concentração do público que demanda por programas, serviços e benefícios da assistência assim como de seus equipamentos (CRAS, CREAS, Centro POP)**
- **planejar investimentos e mobilizar novos recursos**

Trata-se de uma forma de atuação que visa romper com a lógica da demanda espontânea (pela qual cabe às famílias procurar os serviços públicos) em prol de uma lógica segundo a qual o Estado vai ao encontro das famílias, assegurando-lhes direitos e ofertando-lhe oportunidades. Destaca-se inclusive o caráter preventivo dessa forma de atuação, que objetiva evitar o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade já vivenciadas pelas famílias.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



QUEM É RESPONSÁVEL PELO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL NO MUNICÍPIO?

É responsabilidade da **Vigilância Socioassistencial** elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial, por meio da coleta e análise de dados e de informações produzidas tanto pelo Governo Federal, quanto pelo próprio município – **especialmente o Cadastro Único**.

As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, **devem ser repassadas, de forma detalhada, às equipes dos serviços, sobretudo, aos CRAS, para que sejam realizadas as ações de Busca Ativa**

Por exemplo:

A Vigilância pode fornecer aos CRAS ou às equipes volantes o nome e o endereço de pessoas idosas que moram sozinhas ou de famílias com presença de pessoas com deficiência, de famílias extremamente pobres com elevado número de crianças, até mesmo de famílias que descumpriram as condições do Programa Bolsa Família, situação que, em geral, provoca ou decorre do agravamento das vulnerabilidades vivenciadas.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Com o que deve se preocupar a Vigilância Socioassistencial?

VIGILÂNCIA DE RISCOS E VULNERABILIDADES

Incidências de riscos e vulnerabilidades e necessidades de proteção social da população

INDICADORES DE DEMANDA

VIGILÂNCIA DE PADRÕES E SERVIÇOS

Características e distribuição da oferta da rede socioassistencial, na perspectiva do território, considerando a integração entre a demanda e a oferta de serviços

INDICADORES DE OFERTA



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



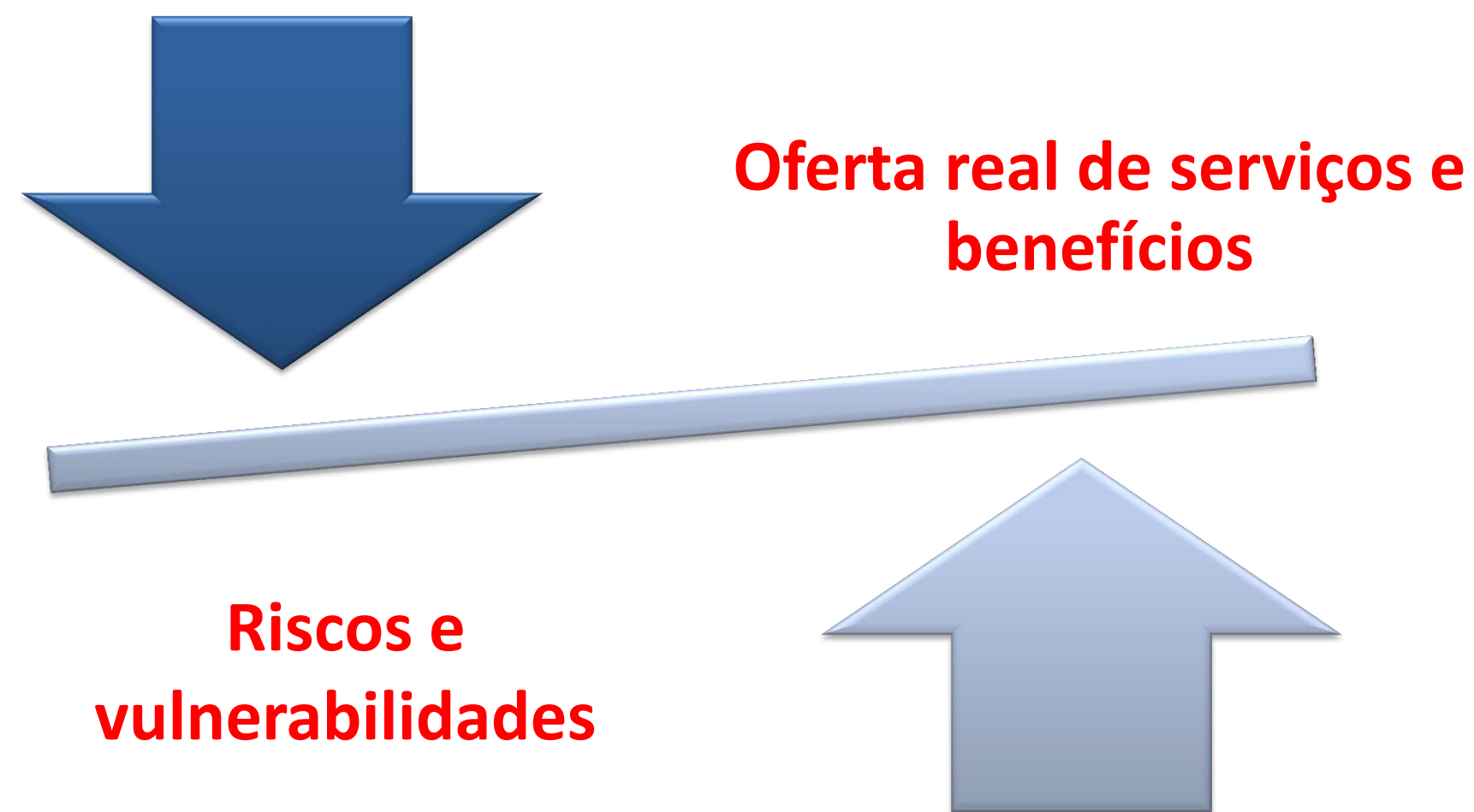
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

A vigilância socioassistencial deve mostrar o descompasso entre o tamanho de nossas demandas sociais e o que já está sendo efetivamente ofertado em um determinado território



Essa visão de totalidade permite traçar melhores ações e estratégias para prevenir e para reduzir agravamento das situações e contribui para o melhor planejamento da oferta de programas, serviços e benefícios

BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ Indicadores de **saúde** (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ Indicadores **educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ Indicadores de **mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ Indicadores **habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)
- ✓ Indicadores de **segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ Indicadores de **infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ Indicadores de **renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

1.1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma

1.2. Sem banheiro ou sanitário

1.3. Destino do lixo inadequado conforme legislação

1.4. Mais de 2 moradores por dormitório

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

3.1. Com pessoas de 0 a 14 anos

3.2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:
 - 4.1. Com filhos menores de 15 anos
 - 4.2. Ser analfabeta
5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:
 - 5.1. Desocupada (procurando trabalho)
 - 5.2. Com quatro ou menos anos de estudo
6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe
7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude
8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo:
 - 8.1. Com pessoa com deficiência
 - 8.2. Com pessoa de 60 anos ou mais

ALGUMAS FONTES DE DADOS E INDICADORES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – numero de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições da habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)

Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



IMPORTANTES FONTES DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduz um parâmetro nacional de registro de informações e, conseqüentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.

Relatórios do RMA

Informações sobre serviços e atendimentos realizados nos CRAS, CREAS e Centros POP

Bloco I – Famílias em acompanhamento pelo PAIF
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF no mês de referência
B. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC
B.5. Famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil
B.6. Famílias com crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento
Bloco II – Atendimentos individualizados realizados no CRAS
C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS
C.1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC
C.6. Visitas domiciliares
Bloco III - Atendimentos coletivos realizados no CRAS
D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
D.3. Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF



CensoSUAS

Instrumento de coleta de dados eletrônico, preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social dos estados e municípios. É fundamental para a qualidade dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle da política de assistência social, construindo um processo imprescindível para tornar eficaz a organização descentralizada, participativa e integrada que o sistema requer.

O Censo SUAS pode ser acessado no endereço eletrônico:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20/censo-suas>

A importância do “zelo” na utilização dos instrumentais de cadastro, registro e na alimentação dos sistemas de informação



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



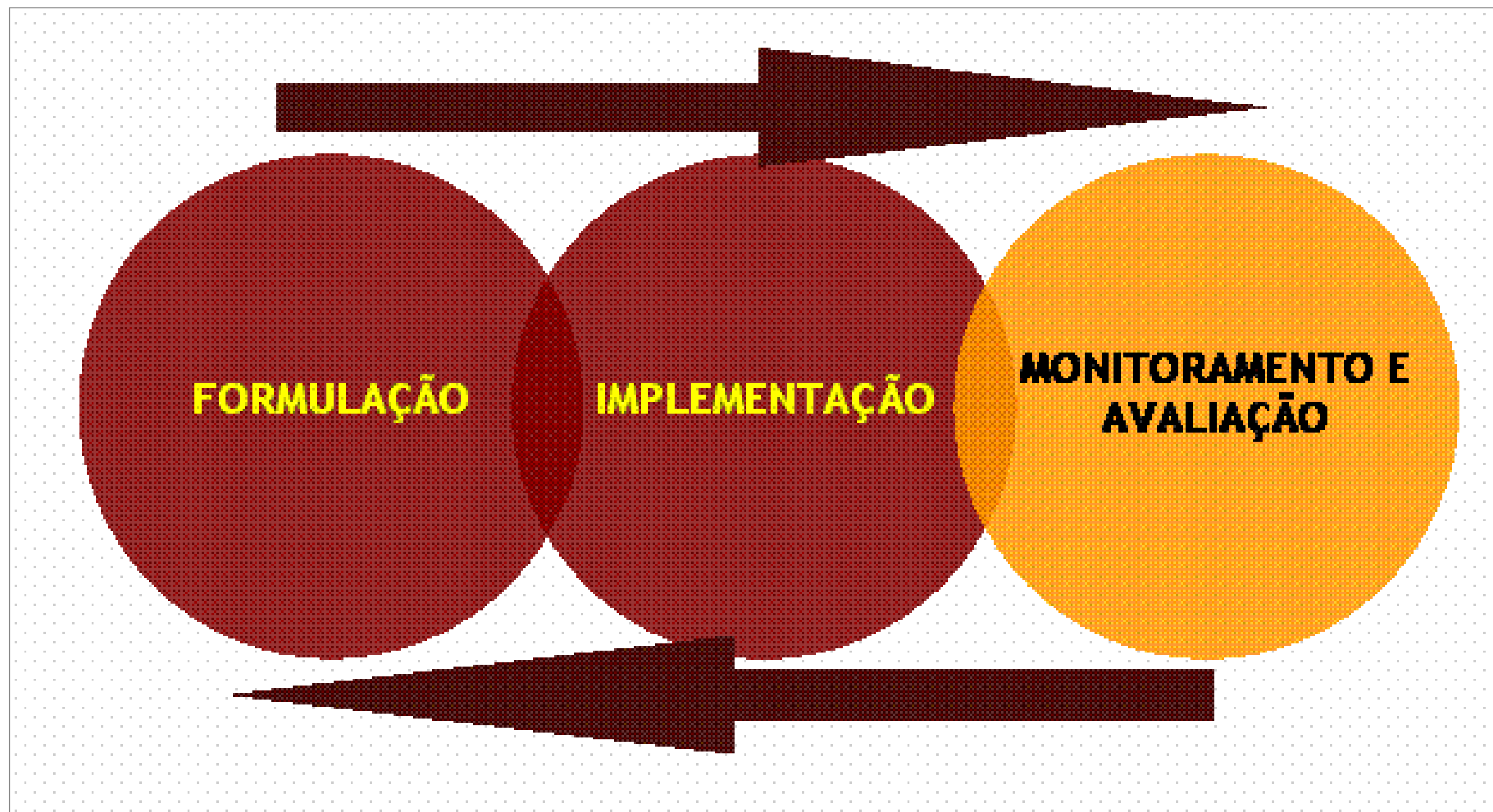
ANÁLISE QUALITATIVA E PARTICIPATIVA

É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e alcance também a captação de elementos qualitativos que expressem aspectos culturais, valores, expectativas e outros traços da população residente no território, permitindo uma leitura mais próxima à complexa realidade social.

Algumas técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

1) os estudos de caso; 2) as observações participantes; 3) as investigações documentais; 4) as entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas; 5) as histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos; 6) os grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e 7) as observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Monitoramento

- Coleta sistemática, registro ordenado e gestão de informações
- Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
- Observação do cumprimento dos objetivos e metas
- Produção de informações para subsidiar a tomada de decisões cotidianas
- Identificação precoce de eventuais problemas

Avaliação

- Análise de dados sistematicamente coletados e ordenadamente registrados
- Orientado para a verificação de indicadores
- Conclusões / Constatações
- Quantitativa / Qualitativa



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**

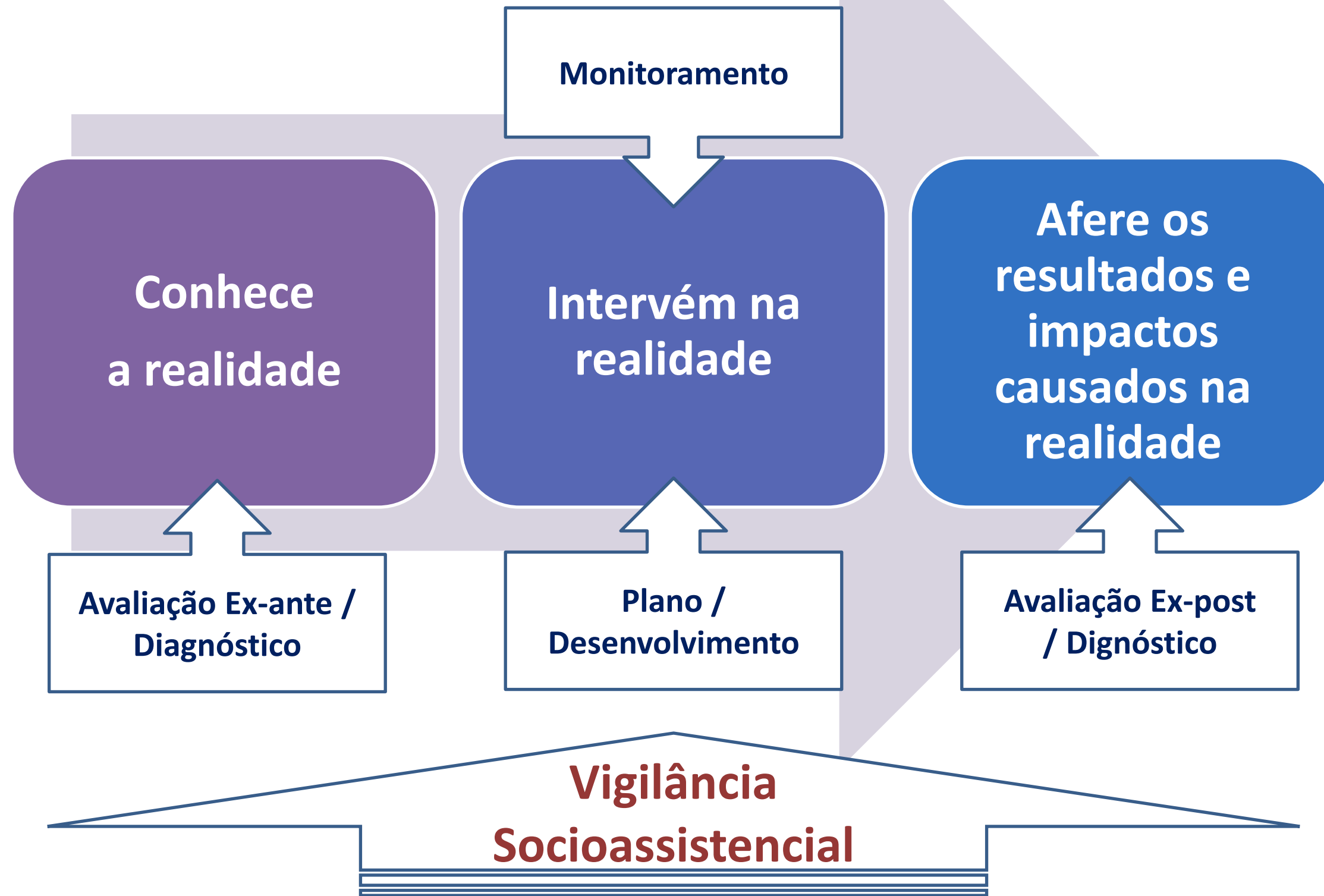


ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA



QUEM MONITORA E AVALIA?

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas equipes que atuam na gestão e execução da política.

A Vigilância Socioassistencial tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.

Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao controle social outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.

Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



PROCESSOS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA SOCIAL



Elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos sociais

Mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços

Identificação da demanda e oferta

Planejamento das ações

Monitoramento

Avaliação



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



O maior objetivo maior da Vigilância
é a produção de conhecimento que
possa aperfeiçoar progressivamente
os serviços ofertados pela assistência
social!



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

O CAMINHO A SER TRILHADO

Definição, identificação e mensuração de fatores de vulnerabilidade específicos

Definição das necessidades de proteção

Provisões dos serviços e benefícios do SUAS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Conhecendo alguns instrumentos importantes para os processos de planejamento da Assistência Social...

- Plano Decenal 2016-2026
- Deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social
- Plano Estadual de Assistência Social 2020-2023
- PPA Nacional 2024-2027



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas





Vídeo

“Guardar” Antônio Cícero



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP

E-mail: esfosuas.pe@ufrpe.br
Telefone: 81 3183-0715 / 3183-0777
WhatsApp: 81 9.9488-2325



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:
Andrea Perotti



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



a) Dados de identificação do plano;

b) Introdução;

c) Diagnóstico socioterritorial;

d) Objetivos;

e) Diretrizes e prioridades deliberadas;

f) Ações estratégicas;

g) Metas;

h) Resultados e impactos esperados;

i) Recursos materiais, humanos e financeiros;

j) Mecanismos e fontes de financiamento;

k) Cobertura da rede prestadora de serviços;

l) Indicadores de monitoramento e avaliação;

m) Espaço temporal de execução.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



1. Identificação do Plano: título; vigência; responsáveis pela elaboração; colaboradores; período de elaboração; responsável para contato (nome, telefone, e-mail); entre outros.

2. Dados Municipais: nome do município; porte do município (opções: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte, metrópole), nível de gestão do SUAS (opções: inicial, básica, plena), nome do prefeito, período de mandato, endereço da prefeitura (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail.

3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: nome do órgão gestor, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do gestor.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



4. **Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):** lei de criação do FMAS, decreto de regulamentação, CNPJ, nome do gestor, fonte de recursos (municipal, estadual, federal).

5. **Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS):** lei de Criação do CMAS, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do presidente, período de mandato, representação (opções: governamental, não governamental, usuários), número de conselheiros, secretaria executiva.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;**
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

A introdução contempla informações sobre a **concepção de planejamento adotada pelo município**, demonstrando sua importância na organização da política de assistência social e no atendimento à legislação em vigor.

Pode-se descrever o processo de elaboração e estruturação do plano municipal, assim como a forma como se deu a participação da sociedade civil na elaboração do plano.

Também é possível abordar, neste item, como será o monitoramento e a avaliação das ações e metas planejadas.

(Normalmente formulada ao final)



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;**
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

Vídeo

Vulnerabilidade e Proteção Social



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Perguntas importantes para a elaboração do diagnóstico socioterritorial:

- 1. Qual será a metodologia utilizada para a elaboração do diagnóstico?**
Ex. Designação de profissional responsável, grupo de trabalho, grupos de estudo temáticos, atividades nos territórios, seminário municipal, levantamento e análise de indicadores, audiência pública, etc.
- 2. Quais atores sociais serão mobilizados a participar da elaboração do diagnóstico?**
- 3. Quais os dados e indicadores serão levantados e analisados? Quais as fontes a serem consultadas?**



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;**
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



d) OBJETIVOS

- Responde a pergunta: **para que** vou realizar determinada ação/projeto/serviço?
- Os objetivos expressam as **mudanças** que se desejam para o futuro.
- Devem comunicar as **intenções** dos gestores, construídas a partir do levantamento das necessidades identificadas pelo conjunto dos atores.
- As intenções decorrem das **prioridades** definidas no Diagnóstico Socioterritorial

Um objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados em um dado período. Deve ser relevante, explícito e quantificável. E, muito importante, precisa ser exequível, ou seja, realizável. Por isso, é importante que os objetivos sejam claros e permitam que se visualize o resultado desejado. Construído dessa forma, gestores, profissionais e cidadãos identificam claramente as intenções da política e podem guiar suas ações e demandas a partir desse entendimento

Exemplo de um objetivo claro e que preenche suas características é o da PNAS (2004):

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem”.

Esse enunciado oferece os elementos essenciais para a compreensão da mudança a ser planejada:

- **Objetivo:** prover serviços, programas, projetos e benefícios.
- **Tipo de serviços ofertados:** proteção básica e/ou especial.
- **Público-alvo:** famílias, indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade sociais



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Os objetivos podem ser organizados em OBJETIVO GERAL e OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

OBJETIVO GERAL: apresenta de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

- Serve como objetivo de orientação
- Evidencia o propósito maior
- Revela os impactos desejados
- Situação maior para qual a política contribui
- Deve ser minimamente alcançável e mensurável
- Pode ser qualificado como “objetivo superior”

Espelhando-se no objetivo da PNAS, pode-se ter como exemplo de objetivo geral de um Plano Municipal de Assistência Social:

Ex. “Prover serviços, programas e benefícios socioassistenciais para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem no município X, tendo em perspectiva a garantia das seguranças sociais e direitos de cidadania”.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



O **OBJETIVO ESPECÍFICO** por sua vez, desmembra o objetivo geral em detalhes.

- Especifica os focos prioritários do plano
- Aquilo que se espera realizar com o plano
- Reflete a perspectiva de superação de problemas identificados pelo diagnóstico
- Expressa a nova situação que se pretende alcançar
- Demonstra o efeito direto junto à população alvo
- É alcançável através de ações estratégicas, metas e recursos.
- É mensurável qualitativamente e quantitativamente, através de indicadores.

Ex.

Problema: *Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*

Objetivo Específico: *Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



!!! A ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS DEVE OBSERVAR AINDA:

As deliberações das Conferências
As metas do Plano Decenal



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

e) DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

- Uma diretriz é uma orientação geral que organiza as decisões e ações.
- O Plano de Assistência Social deve ser coerente com as diretrizes que orientam a administração pública, expressas Plano Plurianual e outros.
- O Plano deve considerar, ainda, as Diretrizes estabelecidas pelo SUAS, expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:

I. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
II. descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
III. financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
IV. matricialidade sociofamiliar;
V. territorialização;
VI. fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
VII. controle social e participação popular.

ATENÇÃO! Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e identificar quais são pertinentes com a realidade de seu município e podem ser adaptadas para o Plano Municipal.

Exemplos:

- 1. Reconhecimento dos indivíduos usuários da assistência social, como sujeitos históricos e de direitos, inseridos em grupos familiares, comunitários e sociais, tendo em perspectiva a consolidação de sua autonomia e fortalecimento de seu protagonismo.**
- 2. Reconhecimento da causalidade histórica e coletiva das situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão expostos famílias e indivíduos residentes em territórios pobres e/ou vulneráveis do município.**
- 3. Orientação pela dimensão territorial, conhecendo a realidade e as situações de cada localidade do município, priorizando o acesso e localização dos serviços, programas e benefícios nos territórios e microterritórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e famílias.**
- 4. Fortalecimento do modelo democrático e participativo nas deliberações relacionadas à política de assistência social, ampliando canais de participação e debate público, assim como qualificando os mecanismos de controle social e de prestação de contas à sociedade.**



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



5. Integração entre políticas setoriais, especialmente aquelas que mantem interface direta com a assistência social, visando à materialização da intersectorialidade no município e à complementaridade de ações, tendo em vista fortalecer as respostas do governo municipal às demandas sociais, otimizando recursos e potencializando o trabalho social implementado pelas diversas políticas.

6. Articulação entre programas, serviços e benefícios, e entre as proteções social básica e especial, capaz de viabilizar a plena cobertura às situações de vulnerabilidade e risco a que estão submetidos indivíduos e famílias do município, que respondam de forma unificada às questões sociais do município e apontem para a melhoria da qualidade de vida da população.

7. Qualificação da oferta de programas, serviços e benefícios, da proteção social básica e proteção social especial por meio da estruturação dos equipamentos públicos destinados ao atendimento à população e da valorização e melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam na política municipal de assistência social.

8. Cofinanciamento municipal em volume suficiente para a ampliação e qualificação da oferta de programas, serviços e benefícios socioassistenciais.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;**
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

f) AÇÕES ESTRATÉGICAS

- As ações estratégicas devem ser elaboradas com vistas a **alcançar os objetivos.**
- Os planos devem observar as **ações articuladas e intersetoriais.**

- São ações definidas como prioritárias para alcançar os objetivos específicos
- Constituem a base operacional do Plano, meios pelos quais o plano se realiza.
- Representam o passo a passo para a produção dos resultados.
- Têm que ser necessárias e suficientes.
- Permitem estimar os insumos e recursos necessários

Exemplo:

Problema: Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade



Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade



Ação estratégica: Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.

g) METAS

As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos, ou seja, uma meta é um objetivo representado pela dimensão quantitativa e de referência temporal e territorial



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Exemplo:

Problema: Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade



Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade



Ação estratégica: Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.



Meta: 03 CRAS/EQUIPE VOLANTE até 2021, sendo 01 em 2019, 01 em 2020, 01 em 2021.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Trabalhando com Matrizes

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	UNIDADE	2025	2026	2027	2028
<i>Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade</i>	<i>Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.</i>	03	CRAS / Equipe Volante	00	01	01	01



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;**
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

h) RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Os resultados são as mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários por meio da participação em uma política pública.

O recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é um resultado de estar incluído no Cadastro Único.

Os impactos são as contribuições da política de assistência social para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos de uma política pública sobre a sociedade como um todo.

O aumento do peso das crianças em decorrência da diversificação da dieta familiar, ocorrida por meio do aumento da renda



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Exemplo:

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO ESTRATÉGICA	RESULTADO	IMPACTO
<i>Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade</i>	<i>Ampliar o número de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.</i>	<i>01 novo CRAS e 03 equipes volantes implementados xxx novas famílias referenciadas xxx famílias incluídas no CadÚnico xxx famílias incluídas no PBF</i>	<i>Renda Média Mensal das Famílias elevada em XX% em 2028 nas localidades XX, XY e XZ. Evasão escolar reduzida em XX% entre alunos recém incluídos no PBF nos anos 2026, 2027, 2028.</i>

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

i) RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

- Os **recursos materiais** dizem respeito a rede socioassistencial e equipamentos disponíveis (numero de CRAS, CREAS, entidades conveniadas, etc.).
- Os **recursos humanos** se referem à quantidade e à qualidade dos recursos humanos disponíveis. É necessário o levantamento e mapeamento dos recursos humanos, dos perfis e necessidades de qualificação.
- Os **recursos financeiros** disponíveis devem ser especificados, inclusive por fonte financiadora.

Exemplos:

MATRIZ DE RECURSOS MATERIAIS						
PROTEÇÕES / GESTÃO	RECURSOS MATERIAIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	SERVIÇOS OFERECIDOS	PÚBLICO ATENDIDO	NUMERO DE ATENDIDOS / MÊS
PROTEÇÃO BÁSICA	CRAS I					
	CRAS II					
PROTEÇÃO ESPECIAL	CREAS I					
	CREAS II					
	Centro Pop					
	Unidade de Acolhimento					
REDE PRIVADA	Associação "X"					
	Centro de Atenção 'X'					



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



MATRIZ DE RECURSOS HUMANOS

PROTEÇÕES / GESTÃO	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	FUNÇÃO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FONTE PAGADORA
PROTEÇÃO BÁSICA	CRAS I	Coordenador	01	Superior	Serviço Social	40	FNAS
		Assistente Social	02	Superior	Serviço Social	30	FNAS
		Psicólogo	01	Superior	Psicologia	30	FNAS
PROTEÇÃO ESPECIAL	CERAS I	Coordenador	01	Superior	Serviço Social	40	FNAS
		Assistente Social	02	Superior	Serviço Social	30	FNAS
		Psicólogo	01	Superior	Psicologia	30	FNAS
		Educador Social	02	Médio	Educação	30	Tesouro Municipal
GESTÃO	Vigilância Socioassistencial	Coordenador	01	Superior	Sociólogo	40	FNAS
	Gabinete	Assessor	01	Superior	Serviço Social	40	Tesouro Municipal
	Planejamento	Coordenador	01	Superior	Serviço Social	40	FNAS

MATRIZ DE RECURSOS FINANCEIROS

PROTEÇÕES / GESTÃO	PROGRAMA / SERVIÇO / BENEFÍCIO / SETOR / AÇÃO	ORÇAMENTO 2025						TOTAL
		MUNICIPAL		ESTADUAL		FEDERAL		
		Tesouro	FMAS	FEAS	Outra	FNAS	Outra	
PROTEÇÃO BÁSICA	CRAS I	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
	CRAS II	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
	Serviço de Convivência I	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
	Serviço de Convivência II	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
PROTEÇÃO ESPECIAL	CREAS I	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
	CERAS II	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
GESTÃO	Vigilância Socioassistencial	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
TOTAL		R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA
**CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

j) MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

No Plano, devem ser definidos com clareza os recursos disponíveis para a execução das atividades, apresentando as fontes de financiamento, sejam do orçamento próprio, das transferências intergovernamentais ou de apoios privados.

Além dos recursos alocados na implementação da política de Assistência Social é importante apresentar na forma de gráficos a evolução do orçamento em relação a períodos anteriores, assim como a comparação entre o que foi orçado e o que foi executado.

Este tópico, na estrutura do Plano, é importante tanto para a gestão como para o controle social, pois é necessário tornar público o que se está planejando, quais são os significados da alocação de recursos próprios do município para a política de assistência social.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



É recomendável **compatibilizar custos com metas** a serem atingidos pelo Plano, ancorando as metas em previsões realistas, para se gerenciar a eficácia e efetividade dos programas e serviços.

Exemplo:

MATRIZ DE AÇÕES, METAS E RECURSOS

PROTEÇÕES / GESTÃO	PROGRAMA / SERVIÇO / BENEFÍCIO / SETOR / AÇÃO	Metas	Unidade de Medida	PERIODO				FONTE DE FINANCIAMENTO			TOTAL
				2025	2026	2027	2028	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	
PROTEÇÃO BÁSICA	CRAS I	xx	Família	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
	CRAS II	xx	Família	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
	Serviço de Convivência I	xx	Adolescente	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
	Serviço de Convivência II	xx	Pessoa Idosa	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
PROTEÇÃO ESPECIAL	CREAS I	xx	Família	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
	CREAS II	xx	Família	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	
GESTÃO	Vigilância Socioassistencial	xx	Pesquisa	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX
TOTAL				R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX	R\$ XX



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;**
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.

k) COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

- A rede (pública e privada) de serviços deve ser analisada quanto à localização, natureza da atenção oferecida, cobertura e quadro profissional disponibilizado. Com essas informações, podem ser identificados os vazios de atenção.
- Além de informações sobre os serviços e programas da assistência social, é necessário conhecer a rede assistencial das demais políticas públicas existentes no território



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

O Plano deve prever estratégias de integração do conjunto de serviços socioassistenciais do território.

A intersectorialidade, ou seja, a atuação conjunta com outras políticas, de forma articulada e integrada, visa dar conta dos direitos sociais, das seguranças e das proteções sociais.

Neste tópico é imprescindível **GEORREFERENCIAR** as informações sobre a rede socioassistencial, pública e privada, outras instituições da sociedade civil, unidades e serviços de atendimento de outras políticas setoriais etc.

A finalidade é analisar a cobertura em cada território prioritário, assim como definir estratégias de parceria e atuação integrada.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;**
- m) Espaço temporal de execução.

I) INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A NOB/SUAS 2012 dedica a Seção III do Capítulo VIII para estabelecer as diretrizes para o monitoramento do SUAS e define o monitoramento como o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O monitoramento está conectado com os objetivos e metas definidos o monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e da coleta de informações.



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



- Indicadores são parâmetros previamente definidos para monitorar e avaliar os avanços, resultados e impactos da política.
- Podem ser definidos como uma situação ou uma característica que serve como um sinal comprobatório de que os objetivos, resultados e metas foram alcançado.
- O monitoramento sistemático dos indicadores indica aos gestores que são necessárias medidas corretivas quando o plano não estiver alcançado seus objetivos. Constitui base para o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado.
- Para sua devida aferição, devem ser acompanhados dos meios e periodicidade de verificação.
- A função do indicador no conjunto do plano é a caracterização mais precisa dos resultados, estabelece o que e quanto se quer alcançar.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

PROTEÇÕES / GESTÃO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
GESTÃO	100% dos trabalhadores da assistência social participam dos Cursos do Capacita SUAS (resultado)	Relatório de Gestão 2028.
	Vigilância Socioassistencial estruturada. (resultado)	Relatório de Gestão 2028 / Diagnósticos Socioassistenciais Produzidos
	Diagnósticos Socioassistenciais Anualmente atualizados (processo)	Diagnóstico Socioassistencial Municipal
	80% das equipes de referencia estão contratadas através de concurso até 2028, consolidando um quadro técnico permanente para a política de assistência social no município (Impacto).	Relatório de Gestão 2028.
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	100% das famílias atendidas pelo PAIF são acompanhadas pelas equipes dos CRAS (resultado)	Relatórios Anuais dos CRAS Relatório de Gestão 2028.
	Inserção 100% os beneficiários do BPC no CadÚnico (Processo)	Relatórios Anuais dos CRAS Relatório de Gestão 2028.
	Todos os CRAS articulam instituições e consolidam redes locais de defesa de direitos (impacto)	Relatório de Gestão 2028. Diagnóstico Socioassistencial Municipal
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Redução dos Casos de Violência Doméstica contra Criança e Adolescentes de XX% em 2025 para XX% em 2028 nos territórios prioritários XX, XY, XZ (Impacto).	Relatório de Gestão 2028 Diagnóstico Socioassistencial Municipal Relatórios Anuais dos órgãos de segurança pública especializados
	Reincidência de Adolescentes em cumprimento de MSE de Liberdade Assistida acompanhados pelo CREAS reduz de XX% em 2025 para XX% em 2028 no município (resultado)	Relatório de Gestão 2028 Relatórios de Acompanhamento de cumprimento de MSE de Liberdade Assistida SIPIA
	Redução dos casos de adolescentes em conflito com a lei de XX% em 2025 para XX% em 2028 nos territórios prioritários XX, XY, XZ (Impacto).	Relatório de Gestão 2028 Relatórios de Acompanhamento de cumprimento de MSE de Liberdade Assistida SIPIA
	Metrologia de trabalho social de prevenção à violência desenvolvido em todas as suas etapas nos territórios prioritários XX, XY, XZ (processo).	Relatório de Gestão 2028. Relatório de Atividades dos CREAS Registros de implementação da Metodologia

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.**

m) ESPAÇO
TEMPORAL DE
EXECUÇÃO

Este item deve ser definido levando em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entes federados deverão elaborar seus planos de assistência social **a cada quatro anos**, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (**PPA**).

➔ **2025-2028**

Sugere-se prever **momentos de atualização** do PAS que coincidam com o mesmo período de atualização dos diagnósticos socioterritoriais e do PPA.

O **PAS não substitui outros planos como o** Plano de Ação Anual, ou os Planos de cada programa, serviço, benefício e setor. Estes devem se orientar pelas macrodefinições do PAS.

Vídeo

A Flor e a Náusea

Carlos Drummond de Andrade



Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP

E-mail: esfosuas.pe@ufrpe.br
Telefone: 81 3183-0715 / 3183-0777
WhatsApp: 81 9.9488-2325



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FADURPE
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



**PROGRAMA
CAMINHOS
DA GESTÃO**
GOVERNO DE PERNAMBUCO



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA